

ENTREVISTA ORAL E DIALÉTICA NEGATIVA: UMA DISCUSSÃO A PARTIR DA PERGUNTA INCOMODA SOBRE O PERDÃO NA ARGENTINA ¹

Dr. Giovane Rodrigues Jardim ²

Resumo:

Este capítulo propõe compreender a entrevista oral como uma situação empírica atravessada por mediações sociais, concebendo-a como método filosófico-político na investigação da memória pública e da responsabilidade com o passado na Argentina, e também como ferramenta de análise teórico crítica. Sustenta-se que a entrevista pode constituir um procedimento coerente com a dialética negativa, ao se abrir ao não idêntico — aquilo que escapa à estabilização conceitual e emerge nas fraturas e tensões do discurso. Com base em quarenta entrevistas semiestruturadas realizadas entre 2022 e 2024, no contexto de uma pesquisa doutoral, o texto discute seus fundamentos epistemológicos, usos e tensões no campo da memória. Parte-se do pressuposto de que a entrevista não se reduz à produção de dados, mas configura situações de pensamento em que emergem ideias, valores e conceitos, contradições e limites do dizível. Não se busca confirmar hipóteses, mas expor hesitações, silêncios, recusas e deslocamentos como índices de tensões mais profundas. Nesse sentido, a introdução sistemática da questão do perdão — termo estruturalmente tabu no debate argentino sobre direitos humanos — transforma a entrevista em um dispositivo de perturbação. Mais do que registrar posições individuais, ela torna visível a constelação em seus limites: o que pode ser dito, o que é excluído e o que permanece como horizonte de problematização. Não se trata de história oral, pois não se objetiva uma operação historiográfica, mas sim uma abordagem filosófica que mobiliza as contribuições da metodologia da história oral para pensar a entrevista como um exercício de pensamento e de inacabamento, em uma perspectiva orientada pela dialética negativa no âmbito da Filosofia Política.

Palavras-chave: memória pública; responsabilidade; perdão em âmbito público; teoria crítica; constelação.

1. A entrevista como acontecimento: ponto de partida metodológico

A tradição filosófica frequentemente operou sob o signo de uma separação entre elaboração conceitual e investigação empírica, como se a primeira devesse preservar sua autonomia frente às contingências do mundo social. O trabalho de Theodor W. Adorno (1903-1969) tensiona essa clivagem - e não apenas no plano teórico. Em *A personalidade autoritária* (1950), desenvolvida com Frenkel-Brunswik, Levinson e Sanford a partir de questionários e entrevistas aplicados no contexto norte-americano, Adorno demonstrou que o empírico pode ser mobilizado como instrumento de crítica filosófica e social, e não apenas como procedimento de verificação. Não se trata, entretanto, de uma confiança irrestrita nos dados: na coletânea de textos publicada como *Epistemología y ciencias*

¹ Este trabalho encontra-se em fase de pré-publicação (preprint) e deriva da tese de doutorado intitulada *O perdão em âmbito público como horizonte para a ação e o futuro da memória* (Jardim, 2025), com enfoque em entrevistas orais realizadas na Argentina, a partir da questão do perdão em âmbito público. Para citar este trabalho: JARDIM, Giovane Rodrigues. **Entrevista oral e dialética negativa: uma abordagem a partir da pergunta incômoda sobre o perdão na Argentina**. 2025. Preprint. Disponível em: <https://www.mddh.com.br/preprint>. Acesso em: 17 abr. 2026.

² Doutor em Memória Social e Patrimônio Cultural (UFPEL); mestre em Ética e Filosofia Política (UFPEL); docente de Filosofia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS – Campus Erechim). Líder do Grupo de Pesquisa Memória, Democracia e Direitos Humanos (IFRS/CNPQ). E-mail: giovane.jardim@erechim.ifrs.edu.br

Sociales (2001) encontramos a advertência de Adorno de que a pesquisa social empírica que imita as ciências naturais ao eliminar a subjetividade do observador acaba aprisionada pela subjetividade dos próprios observados — "*presa de sus opiniones, actitudes y comportamientos*" (Adorno, 2001, p. 127).

O empírico, portanto, não é suficiente por si só: é epifenômeno de estruturas que apenas a teoria pode interrogar, e os dados não devem ser tomados como incontestáveis, pois também podem ser falseados e obscurecidos tanto pelas subjetividades daqueles que são observados quanto pela do próprio observador. É esse enquadramento — que evidencia não apenas as possibilidades de uma teoria crítica que se vale de materiais empíricos, mas também o papel constitutivo que tais materiais podem assumir na própria elaboração filosófica — que orienta a concepção de entrevista adotada nesta pesquisa. Trata-se, portanto, não apenas de filosofar sobre a concretude, mas a partir dela, sustentando uma atenção determinada ao não idêntico: àquilo que, nos dados empíricos, resiste à subsunção conceitual e escapa às formas estabilizadas do pensamento.

É nesse horizonte que propomos compreender a entrevista oral como uma situação empírica atravessada por mediações sociais, simultaneamente método de investigação e ferramenta filosófica de análise. Mais do que um procedimento de coleta, a entrevista se configura como um espaço em que o pensamento é colocado em movimento — e no qual o não idêntico pode emergir precisamente onde a fala tropeça, vacila ou se reorganiza defensivamente. Nesse sentido, a entrevista oral possibilita uma abordagem dialética negativa a partir da não identidade, de abertura para o não previsto e não determinado. Modelo disso é o traço recorrente que atravessa as entrevistas que compõem o corpus desta pesquisa, composta por quarenta entrevistas³ semiestruturadas: a reação dos interlocutores ao questionamento sobre o perdão. Não se trata de uma reação homogênea — cada entrevistado a seu modo —, mas de um deslocamento consistente, indicativo de que algo é tocado onde, em geral, não se toca. É a esse deslocamento que nos interessa aqui, antes de qualquer conteúdo específico das respostas.

A formulação de Marina Franco (informação verbal⁴) é particularmente um modelo nesse sentido. Ao reconhecer o caráter inesperado do tema — ao constatar que o perdão "*prácticamente no existe como problema*" no debate público argentino —, a historiadora

³ Todas as entrevistas citadas, como as demais do corpus, estão disponíveis em: JARDIM, 2025.

⁴ Fala de Marina Franco em entrevista ao pesquisador em 2024. Maria Franco é uma historiadora argentina, Professora do Centro de Estudios de Historia Reciente (CEHIR) da Universidad de San Martín (UNSAM) e investigadora do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET).

não apenas identifica uma ausência, mas torna visível o modo como essa ausência opera. A dificuldade em responder, longe de indicar insuficiência individual, revela um limite estrutural: aquilo que não se deixa facilmente formular. O que emerge, portanto, não é apenas um conteúdo, mas a experiência de um impasse. Esse impasse pode ser compreendido como sintoma. Ele indica que o campo da memória na Argentina não apenas organiza suas disputas em torno de certos termos, mas também delimita, muitas vezes de maneira implícita, aquilo que não pode ser tematizado.

O perdão foi historicamente associado, nesse contexto, à agenda da reconciliação entendida como impunidade, de modo que o seu simples enunciado passou a operar como desvio: pôr a questão equivalia, na compulsão à identidade estabelecida, a tomar partido pelo lado dos perpetradores. Diversos interlocutores convergem na descrição dessa interdição, ainda que por vias distintas. Rubén Chababo (informação verbal)⁵ expressou isso ao afirmar que, desde o início das lutas contra a ditadura, "*perdón*" e "*reconciliación*" tornaram-se "*palabras interdictas, prohibidas*", e que aqueles que as propunham como tema de discussão foram "*excomulgados de la gran tribu de los derechos humanos*". Esta afirmação, dentre outras, não só nos contextualiza o deslocamento causado pela pergunta incomoda sobre o perdão, mas também, de que há uma expulsão – um não reconhecimento – daqueles que propuseram debater sobre – ou analisar criticamente – tais consignas.

Compreendemos que há um plano anterior ao próprio debate: não se trata de uma posição somente contrária ao perdão, mas da impossibilidade de sua constituição como problema — o tema se encontra "*antes de toda discusión*", excluído antes mesmo de poder ser formulado. Essa leitura encontra ressonância em Claudia Hilb (informação verbal⁶), para quem o perdão se configurou como um "tabu absoluto" entre os setores ligados aos organismos de direitos humanos, ao kirchnerismo e à esquerda em geral. Norma Morandini (informação verbal⁷), traz isso presente ao relatar a sua dificuldade em publicar o seu livro *De la culpa al perdón*, indicando que o próprio título operava como obstáculo — sem

⁵ Fala de Rubén Chababo em entrevista ao pesquisador em 2022. Rubén Chababo é professor de Letras da *Universidad Nacional de Rosario* (Argentina), intelectual e escritor, tem atuação internacionalmente reconhecida do âmbito da memória e dos direitos humanos.

⁶ Fala de Claudia Hilb em entrevista ao pesquisador em 2024. Claudia Hilb é uma intelectual argentina, professora de Teoria Política da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Buenos Aires e pesquisadora sênior do CONICET.

⁷ Fala de Norma Morandini em entrevista ao pesquisador em 2024. Norma Morandini é argentina, graduada em Comunicação, Psicologia e Medicina pela *Universidad Nacional de Córdoba*, exilou-se na Espanha e em Portugal, de onde constituiu sua carreira no jornalismo, tendo trabalhado em diversos periódicos e revistas.

necessidade de justificativa explícita. Por sua vez, Hugo Vezzetti (informação verbal⁸) inscreve o problema em uma gramática mais ampla ao observar que as políticas do perdão "*no forman parte del arsenal ideológico moral de la izquierda*" e que, no caso argentino, o perdão sequer se coloca como possibilidade na ausência de reconhecimento de responsabilidade por parte dos perpetradores. Portanto, a pergunta sobre o perdão é incomoda, dentre outros motivos, porque relaciona-se a questão da responsabilidade pessoal e coletiva em relação ao passado e, portanto, desloca certezas e seguranças.

O que se delinea, a partir desse conjunto de enunciados, não é apenas uma posição compartilhada, mas a própria estrutura de uma constelação que opera por antecipação: o tema não é somente refutado, mas é previamente interditado de forma simbólica ou moral – um tabu. A eficácia desse tabu reside precisamente no fato de não precisar ser sustentado por argumentos — basta a associação imediata para encerrar a discussão antes que ela comece. É essa constelação de ideias, valores e conceitos articulados, mais do que o conteúdo das posições individuais, que a situação de entrevista tornou visível. E é aqui que a advertência de Adorno sobre a pesquisa empírica encontra importância metodológica: o que os interlocutores dizem é indissociável do que não podem dizer, e o dado — a resposta, a hesitação, o silêncio, a recusa — só se torna analiticamente produtivo quando lido como epifenômeno de estruturas em que estão inseridos, não como expressão transparente de uma posição individual. A entrevista, portanto, não constitui um acesso imediato à subjetividade do entrevistado, mas uma constelação em que se inscrevem, de forma muitas vezes indireta, as determinações sociais que configuram tanto o dizível quanto o indizível.

É a partir dessa articulação entre o desconcerto e a exclusão — entre o que aparece como dificuldade de resposta e o que se revela como uma constelação de conceitos, ideias e valores — que se delinea a perspectiva metodológica adotada. Em consonância com a dialética negativa, a entrevista não é tratada como um meio de estabilização de dados, mas como um dispositivo capaz de tornar visíveis as tensões internas do discurso. Hesitações, silêncios, recusas e deslocamentos deixam de ser ruídos para se tornarem índices privilegiados do não idêntico: aquilo que, no interior da fala, escapa à sua própria coerência. A pergunta não funciona, assim, apenas como instrumento de acesso a conteúdos previamente constituídos, mas como acontecimento: intervém, desorganiza suas evidências e expõe os limites do dizível — o que pode ser enunciado, o que é excluído antes mesmo

⁸ Fala de Hugo Vezzetti em entrevista ao pesquisador em 2024. Hugo Vezzetti é historiador e ensaísta argentino, professor titular da Universidade de Buenos Aires e Pesquisador Principal do CONICET.

de se constituir como objeto de disputa e o que persiste como horizonte aberto de problematização.

A reflexão aqui desenvolvida dialoga com contribuições da história oral — em particular com Alessandro Portelli, Antoinette Errante e José Carlos Sebe Bom Meihy —, sem, contudo, constituir-se como um exercício de história oral. O que está em questão não é a memória como fonte privilegiada em detrimento de outros textos, como define Errante, nem a produção de um relato orientado prioritariamente à sua fixação documental. Trata-se, antes, de uma elaboração imanente que mobiliza a entrevista oral por seu potencial filosófico-político: a capacidade de tornar visíveis tensões conceituais, limites do dizível e fraturas no discurso que uma abordagem exclusivamente bibliográfica ou documental dificilmente alcançaria. Nessa perspectiva, a entrevista não é tratada como fonte de dados a serem interpretados, mas como situação de pensamento — um dispositivo que, ao introduzir a questão do perdão em um campo que a exclui estruturalmente, produz condições de análise que só emergem na concretude do encontro.

As entrevistas que retomamos neste capítulo foram realizadas como uma das metodologias da pesquisa de doutorado, cuja tese intitula-se *O perdão em âmbito público como horizonte para a ação e o futuro da memória* (Jardim, 2025), e foram desenvolvidas em duas fases, que serão, na sequência, detalhadas. Importa destacar que, neste capítulo, procuramos pensar mais especificamente o papel das entrevistas em uma abordagem e discussão orientadas pela dialética negativa, a partir da experiência da pesquisa doutoral, o que não esgota as potencialidades nem os limites das entrevistas realizadas, não apenas na Argentina ou sobre a Argentina, mas também no contexto das demais estratégias e métodos empregados na pesquisa original em que estão inseridas e referenciadas.

Na primeira fase, as entrevistas foram concebidas como diálogos intelectuais com diretores, coordenadores e pessoas por eles indicadas nas cinco instituições museológicas que se denominam museus de memória no Cone Sul: no Museo de la Memoria de Rosario (MMR), com Lucas Massuco e Rubén Chababo; no Museo de las Memorias: Dictadura y Derechos Humanos do Paraguai (MMDDH), com Maria Stella Caceres e Mario Costa; no Centro Cultural Museo de la Memoria do Uruguai (MUME), com Ana Maria Sosa Aldacor e Octavio Nadal; no Museo de la Memoria y Derechos Humanos do Chile (MMDH), com Maria Luisa Ortiz; e no Museo Sitio de Memoria ESMA (MSM-ex. ESMA), com Mayki Gorosito. Esta primeira fase incluiu ainda interlocutores do Museo Casa de la Memoria de Medellín e da Coalizão Internacional de Sítios de Consciência (CISC). As entrevistas buscaram tensionar o trabalho de memória realizado nessas instituições, articulando as falas

dos gestores com os dados provenientes de visitas técnicas, análise de expografias e consulta a arquivos institucionais. Nesse processo, a advertência de Portelli acerca da "linha semiótica" — a fronteira entre oralidade e escritura — mostrou-se operativa: em alguns casos, a entrevista foi mediada por instâncias institucionais, como assessorias jurídicas e de imprensa; em outros, o próprio entrevistado optou por responder por escrito, deslocando a dinâmica da oralidade e exigindo a construção de alternativas metodológicas.

A segunda fase foi viabilizada pelo Programa Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE/CAPES), com a permanência na *Escuela de Política y Gobierno da Universidad Nacional de San Martín* (UNSAM) e no *Maria Sibylla Merian Center for Advanced Latin American Studies in the Humanities and Social Sciences* (CALAS). Esse período coincidiu com um momento de inflexão no cenário político argentino, marcado pela eleição de Javier Milei e pela reconfiguração das políticas públicas de memória, verdade e justiça — inflexão que ocorreu, ademais, em proximidade com a marca dos cinquenta anos do golpe de 1976, reativando disputas, reposicionamentos e reinterpretações em torno do passado recente. Inserida nesse cenário, a pesquisa pôde acompanhar não apenas discursos consolidados, mas também deslocamentos em curso, tornando visível o caráter não resolvido — e permanentemente reaberto — das políticas de memória na Argentina.

A permanência em Buenos Aires tornou possível uma forma de observação participante que tensiona a distinção entre coleta e análise. Como advertiu Adorno, a nossa identificação como pesquisador poderia modificar o comportamento dos sujeitos observados — condição que orientou uma presença deliberadamente não identificada em diversas situações. A presença em espaços de memória, eventos acadêmicos, marchas universitárias e audiências de julgamentos de lesa-humanidade permitiu acompanhar, em ato, as formas de enunciação, silenciamento e disputa em torno do passado. Nesses contextos, a posição do pesquisador como estrangeiro — frequentemente descrita pelos próprios interlocutores como "inofensiva", pois "*no vive aquí, no tiene familiares aquí, no vota aquí, no busca empleo aquí*" — operou como um dispositivo de abertura, reconfigurando as mediações e favorecendo a emergência de falas que dificilmente se produziriam em outros enquadramentos. Diversas pessoas se dispuseram a participar de entrevistas e diálogos sobre o perdão, desde que seus nomes fossem preservados. Em suas palavras, algumas lideranças não toleram questionamentos sobre o tema — um indicativo, por si só, da configuração social e simbólica em que o perdão se insere. Essas contribuições, entretanto, não integram o corpus analisado neste estudo, que se concentra nas entrevistas formalmente identificadas.

Nessa segunda fase, foram entrevistados intelectuais e acadêmicos que, de diferentes maneiras, enfrentaram a questão da violência política e da responsabilidade com o passado, ou que, em algum momento, se pronunciaram sobre o perdão: José Maria Sacheri, Marina Franco, Claudio Tamburrini, Pablo Melicchio, Norma Morandini, Claudia Hilb, Alberto César Cabral, Graciela Fernández Meijide, José Maria Posse, Lucas Martín, Marcelo Moreno, Pablo Avelluto, Emilio Crenzel, Hugo Vezzetti e Elizabeth Jelin. Paralelamente, foram ouvidos, em nome de seus coletivos, mobilizadores por memória e integrantes de organismos de direitos humanos: Verónica Torras (*Memoria Abierta* e CELS), Paula Maroni e Margarita Noia (Madres Línea Fundadora), Leandro Porcellini (*Archivo Nacional de la Memoria*), Claudia Rucci (*Observatorio de Derechos Humanos del Senado de la Nación*), Arturo Larrabure (*Dirección de Derechos Humanos del Ministerio de Defensa de la Nación Argentina*), Bibiana Reibaldi (Historias Desobedientes), Sofia Jones (*Parque de la Memoria*), Eduardo Tavani e Guillermo Torremare (*Asamblea Permanente por los Derechos Humanos — APDH*), Victoria Martinez (*Centro Ulloa*) e Miguel Santucho (*Abuelas de Plaza de Mayo*). Importa destacar que, embora tenham sido estabelecidos diálogos com outros coletivos e organismos em Buenos Aires, Rosário e Tucumán, apenas a organização HIJOS Capital não indicou um integrante para entrevista nem aceitou receber o pesquisador. Longe de constituir um dado meramente circunstancial, essa recusa integra o próprio campo de forças analisado, evidenciando, em negativo, os limites e as tensões que atravessam a temática investigada.

Diferentemente de abordagens em que o tema da entrevista permanece implícito ou só se revela no decorrer do encontro, nesta pesquisa a questão do perdão foi explicitada previamente aos interlocutores, integrando o próprio convite à entrevista e o envio antecipado do guia de questões. Esse procedimento não apenas qualifica eticamente a interlocução, mas também se mostrou metodologicamente decisivo: ao permitir que os entrevistados se confrontassem antecipadamente com um tema estruturalmente marginal, tornou possível observar não apenas respostas, mas modos de elaboração, resistências, reformulações e, em muitos casos, o próprio desconcerto diante da questão. Os encontros ocorreram em contextos variados — bares e cafés de Buenos Aires, residências, universidades e ambientes virtuais —, foram registrados em áudio e transcritos integralmente, preservando o idioma original das falas, uma vez que a maioria das entrevistas foi bilíngue. As transcrições foram devolvidas aos entrevistados para revisão e autorização e, em diversos casos, a interlocução ultrapassou o momento formal da

entrevista, desdobrando-se em trocas contínuas ao longo da pesquisa. Alguns desses interlocutores tornaram-se, assim, interlocutores permanentes.

Essa dinâmica não constitui um aspecto acessório do procedimento, mas integra a própria concepção de entrevista aqui mobilizada. Entendida como situação de diálogo, a entrevista implica necessariamente a escuta por parte do pesquisador — uma escuta que não se esgota no momento da gravação, mas se prolonga no trabalho de transcrição, devolução e reelaboração. Nesse sentido, as solicitações de alteração do texto, as supressões, acréscimos e mesmo as mudanças de posicionamento dos entrevistados frente ao que foi dito e posteriormente transcrito não são tratadas como ruídos ou interferências, mas como elementos constitutivos da análise. Como um encontro de inacabamento, o pesquisador acompanha as mudanças entre o que foi dito e gravado, o que foi alterado e modificado após a transcrição, bem como as justificativas e solicitações de acréscimos e/ou supressões. Portanto, a experiência do entrevistador não se compara à do leitor final da fala transformada em texto autorizado, tampouco à dos leitores do que dessas entrevistas aparece na tese publicada. A experiência do entrevistador constitui-se como elemento constitutivo do que é a entrevista oral, para além do produto que dela resulta.

Foram numerosas as trocas de e-mails, mensagens e telefonemas, assim como os diálogos que se seguiram às entrevistas, em um processo que, não raras vezes, se estendeu até que o texto final fosse reconhecido pelo próprio entrevistado como passível de publicação. Esse movimento de retorno sobre a fala — no qual o sujeito relê, reconsidera, tensiona e, por vezes, desloca suas formulações iniciais — evidencia que o discurso está longe de ser fixo: ele é atravessado por temporalidades, afetos e reavaliações que se atualizam no próprio percurso da investigação. Um dos interlocutores, ao reler sua entrevista, expressa de modo particularmente eloquente esse deslocamento:

Giovane, al releer la entrevista, percibo que incluí muchos detalles locales que pueden no ser útiles para tu trabajo. Mi enojo por la manipulación política de los Kirchner también influye en mi relato y, de alguna manera, estoy siendo injusta con todos aquellos que actuaron de buena fe y en solidaridad con la causa de los derechos humanos. Mi enojo proviene de la ideologización y de la explotación política. El tiempo, junto con las narrativas literarias y cinematográficas, brindará un relato mejor de ese período del que yo, como testigo directa, puedo ofrecer y, por lo tanto, mi perspectiva todavía está contaminada por la amargura que la atraviesa. Confío en que serás capaz de extraer las ideas fundamentales.

O (a) interlocutor (a) cuja mensagem foi parcialmente transcrita acima — e que aqui permanece não identificado (a) —, não impôs nenhuma restrição quanto ao uso ou à publicação de sua entrevista. Ainda assim, sua intervenção opera menos como uma

autorização formal e mais como um alerta ao pesquisador: ao explicitar os atravessamentos afetivos, políticos e temporais que incidem sobre o próprio testemunho, ela indica que toda fala, mesmo quando autorizada, carrega consigo marcas de provisoriedade, revisão e deslocamento. Sua mensagem, portanto, não apenas integra o corpus – embora de forma não identificada para todos os demais que não o entrevistador –, mas tensiona as suas próprias condições.

Mais do que um ajuste pontual, esse tipo de intervenção torna visível a historicidade da fala — o modo como ela é atravessada por afetos, posicionamentos e pela consciência, sempre provisória, de seus próprios limites. Ao reinscrever-se criticamente no que disse, o entrevistado não apenas autoriza o texto, mas produz um segundo momento de elaboração que, longe de corrigir o primeiro, o complexifica. Diante disso, a posição do pesquisador não pode ser a de um mero registrador ou organizador de enunciados estabilizados. Cabe-lhe sustentar essa abertura, acolhendo os deslocamentos, as revisões e mesmo as hesitações como parte constitutiva do material analisado, sem reduzi-los a inconsistências a serem eliminadas. Trata-se, portanto, de uma escuta que se prolonga na escrita: uma escuta atenta às variações da fala, às inflexões produzidas no tempo e às tensões que emergem quando o sujeito retorna sobre si.

É nesse entrelaçamento entre enunciação, escuta e reescrita — e na implicação reflexiva do próprio pesquisador nesse processo — que a entrevista se afirma, aqui, como processo, e não como produto acabado; como prática de pensamento, e não apenas como fonte; e, precisamente por isso, como matéria privilegiada para a análise. É nesse horizonte que compreendemos estas como entrevistas intelectuais: situações em que se busca apreender como obras, trajetórias e contextos históricos moldam diferentes modos de pensar o perdão. Mais do que recuperar definições abstratas, trata-se de acompanhar deslocamentos — isto é, de investigar como os discursos sobre o perdão se transformam à medida que se alteram as circunstâncias políticas, os debates públicos sobre violência e memória e as próprias experiências biográficas dos interlocutores. Ao relacionar essas elaborações às inflexões de época — das transições democráticas às disputas contemporâneas em torno de reconhecimento e responsabilidade —, evidencia-se que o perdão não constitui um dado estático, mas um horizonte em permanente reelaboração.

Nesse sentido, a heterogeneidade do corpus não é um obstáculo, mas uma condição. É na tensão entre posições frequentemente irreduzíveis — vítimas da violência estatal e familiares de vítimas de organizações armadas, intelectuais com orientações divergentes, mobilizadores por memória e agentes vinculados a distintos projetos políticos partidários

— que a entrevista encontra sua potência analítica. Trata-se de sujeitos que, no presente de uma democracia ainda em construção, dificilmente se reuniriam em torno de uma mesma mesa sem que tal encontro fosse percebido como escandaloso. Por meio desta pesquisa, pela entrevista oral, esses diálogos tornaram-se possíveis sob uma forma mediada.

Isso implica reconhecer que o pesquisador não se situa fora do campo que analisa. Sua presença, sua condição de observador — e, ao mesmo tempo, de observado — interfere nos acessos, nos vínculos estabelecidos, nas possibilidades abertas e também nos limites encontrados. Não se trata, portanto, de neutralizar essa implicação, mas de incorporá-la como dimensão constitutiva da própria análise. É nessa tensão — mediada entre sujeito e objeto, em suas constelações — que se configura a matéria desta abordagem. É precisamente a partir dessa implicação — que atravessa a situação de entrevista, o trabalho de escuta, os processos de revisão e as formas de autorização — que se torna possível avançar para uma questão decisiva: o que, afinal, a entrevista oral produz como conhecimento? Ou, dito de outro modo, quais são os seus fundamentos epistemológicos enquanto prática que não apenas recolhe enunciados, mas engendra situações de pensamento, deslocamentos e limites do dizível.

2. Fundamentos epistemológicos: o que a entrevista oral produz

Embora esta pesquisa não se proponha ou objetive como história oral, seria equivocado ignorar as contribuições que esse campo oferece para pensar o que a entrevista produz do ponto de vista epistemológico. A história oral desenvolveu, ao longo de décadas, uma reflexão rigorosa sobre os limites e as possibilidades do encontro dialógico como forma de produção de conhecimento — reflexão que, ainda que formulada a partir de outros objetivos, ilumina dimensões relevantes para o uso filosófico-político da entrevista que aqui se propõe. É a partir, sobretudo, de Alessandro Portelli e de Antoinette Errante que procuramos pensar o que a entrevista produz: o primeiro, pela sua atenção à multifocalidade do encontro oral e à barreira semiótica entre oralidade e escritura; a segunda, pela insistência no caráter constitutivo do contexto de enunciação e na distinção entre indícios e provas. Essas contribuições, articuladas à perspectiva de Adorno sobre os limites da pesquisa empírica, permitem compreender a entrevista atravessada por mediações, condicionada por contextos e reveladora, precisamente em seus tropeços e silêncios, daquilo que escapa à estabilização conceitual.

Portelli observa que a história oral não é uma forma de registrar o que as pessoas dizem, mas de produzir, em conjunto com os interlocutores, um conhecimento que não existia antes do encontro: "a história oral é um gênero multifocal, resultado do trabalho comum de uma pluralidade de autores em diálogo" (Portelli, 2010, p. 20). Essa multifocalidade tem implicações que extrapolam o campo da história oral e incidem diretamente sobre qualquer uso metodológico da entrevista: o pesquisador não é neutro, o interlocutor não é apenas uma fonte, e o que emerge do diálogo não é propriedade de nenhum dos dois — é uma produção situada, contingente, irrepetível. Isso foi visível, dentre outros momentos, na entrevista com Marina Franco, que abriu a conversa nomeando o próprio desconcerto: "*me sorprendió, quiero decir, sí, me llamó la atención el tema [...] tomalo como un síntoma*" (informação verbal). O que ela produziu naquele encontro — a elaboração em voz alta de algo que "*prácticamente no existe como problema*" no debate argentino — não existia antes da pergunta, foi o encontro que o tornou possível.

Há, além disso, o que Portelli nomeia como "linha semiótica" — a barreira entre oralidade e escritura —, que exige reconhecer que o que é transcrito não é idêntico ao que foi vivido, nem ao que o interlocutor pensa em privado. A narrativa oral é uma performance: obedece a convenções, seleciona e omite segundo critérios que o narrador nem sempre conhece conscientemente, e tem uma audiência específica que molda o que pode ser dito. Essa dimensão se manifestou de maneiras concretas no corpus. Um(a) dos (as) entrevistados(as), após a revisão da transcrição, solicitou que qualquer citação fosse previamente submetida à sua apreciação - em suas palavras: "*De todas formas, si vas a citar o referirte explícitamente a mi en tus textos, quiero que me mandes los párrafos y el contexto de la cita para verificarlo antes de publicarlo*" (Interlocutor(a) não identificado(a)) -, condição que tornou inviável sua identificação ou citação na tese. O que foi dito na entrevista e o que foi autorizado para publicação são, portanto, distintos: a barreira semiótica não é apenas entre fala e escrita, mas entre o que se enuncia no encontro e o que se permite que circule publicamente. Que essa distinção se imponha com tanta força em uma entrevista sobre o perdão — tema estruturalmente interdito no campo — é, em si, um dado analítico.

Errante aprofunda essa perspectiva ao insistir que o contexto em que a narrativa oral ocorre é constitutivo de seu sentido: "rememorar e contar estão fundamentalmente relacionados com o presente" (Errante, 2000, p. 143). A narrativa oral não é uma janela para o passado, mas uma construção do presente a partir do passado, realizada sob condições específicas de enunciação. As entrevistas deste corpus, realizadas entre 2022 e

2024, foram atravessadas de forma visível por transformações políticas em curso na Argentina. A eleição de Javier Milei em novembro de 2023 alterou o tom e a urgência de várias delas. Arturo Larrabure, da *Dirección de Derechos Humanos do Ministerio de Defensa*, afirmou que aceitou a função no governo justamente por considerar o momento "oportuno", em suas palavras: "*era un momento oportuno por el gobierno nuevo de Milei y de Victoria Villarruel*" (informação verbal⁹) —, inscrevendo sua fala no interior de uma reconfiguração política que definia quais memórias podiam agora ser reivindicadas. Bibiana Reibaldi, por sua vez, de perspectiva oposta, leu o presente como retorno, em suas palavras: "*Milei instaló el plan económico de aquel Estado terrorista, está llevándose a cabo en este momento*" (informação verbal¹⁰). Já Emilio Crenzel, a partir de uma preocupação acadêmica e analítica para o campo, ao ser interrogado sobre o regime de memória do *Nunca Más* em um contexto em que deputados do governo visitavam repressores presos, observou que, apesar de tudo, o *Nunca Más* "*sigue operando, sigue estando presente*" (informação verbal¹¹).

Três falas produzidas no mesmo contexto político — e três construções distintas do presente a partir do passado. O que foi dito carrega as marcas desse contexto tanto quanto as memórias que pretendia transmitir. Mas carrega também algo mais: uma aposta sobre quem se quer ser no presente. A fala sobre o passado é sempre, simultaneamente, uma tomada de posição sobre o presente e uma projeção de futuro — sobre quais memórias merecem ser sustentadas, quais responsabilidades devem ser reconhecidas e quais horizontes de ação ainda são possíveis. Larrabure, Reibaldi e Crenzel não descrevem o mesmo passado de ângulos diferentes: constroem versões do presente que requerem passados distintos para se sustentar. É nesse sentido que Errante insiste que lembrar e contar estão fundamentalmente relacionados com o presente — não apenas porque o presente condiciona o que se lembra, mas porque o que se lembra condiciona o que ainda se pode querer. A narrativa sobre o passado é uma disputa sobre o futuro da memória.

⁹ Fala de Arturo Cirilo Larrabure em entrevista ao pesquisador em 2024. Arturo Cirilo Larrabure é argentino, licenciado em Investigação Operacional, é co-fundador do Centro de Estudos Legais sobre o Terrorismo e suas Vítimas (CELTIV), responsável pela Área de Direitos Humanos do Ministério da Defesa da Nação Argentina.

¹⁰ Fala de Bibiana Reibaldi em entrevista ao pesquisador em 2024. Bibiana Reibaldi é psicopedagoga e psicodramatista argentina, filha de um oficial de informações do Exército que atuou na última ditadura. Em 2017, foi uma das criadoras do coletivo *Historias Desobedientes*.

¹¹ Fala de Emilio Crenzel em entrevista ao pesquisador em 2024. Emilio Ariel Crenzel é argentino, professor de Sociologia da *Facultad de Ciencias Sociales de la UBA* e investigador principal do CONICET, especializado em memória social, violência política e justiça transicional.

Há, nesse ponto, uma distinção metodológica fundamental que Errante formula com precisão: a narrativa oral não é descrição do passado como muitos pretendem ao tratar as fontes orais como prova de algo. "Essa ilusão de um espelhamento do passado não é prerrogativa do uso inadequado de fontes orais, mas das fontes de forma geral como provas e não como indícios" (Errante, 2000, p. 143). A entrevista oral produz indícios, não provas; rastros, não certezas. Essa dimensão de rastro se manifesta também no que não foi dito: foram inúmeras as pessoas que, ao longo do período de campo, se ofereceram para entrevistas e diálogos sobre o perdão desde que seus nomes fossem preservados, pois, em suas palavras, algumas lideranças não aceitam que esse tema seja questionado. O silêncio público sobre o perdão, nesse sentido, não é ausência de pensamento — é supressão de fala, e essa supressão é dado metodológico tão relevante quanto o que foi efetivamente enunciado. Claudio Tamburrini havia identificado esse fenômeno com precisão ao descrever que "*una mayoría silenciosa dentro del grupo de víctimas, y sobre todo de familiares de víctimas, que no se han atrevido, no han podido expresar lo que ellos realmente quieren*" (informação verbal¹²) —, e cujo silêncio, ainda nas palavras dele, "*lo estamos pagando ahora*".

Essa perspectiva encontra ressonância direta na advertência de Adorno sobre os limites da pesquisa social empírica. Para Adorno, o dado empírico não é transparente: a pesquisa que pretende eliminar a subjetividade do observador acaba aprisionada pela subjetividade dos próprios observados. O empírico é epifenômeno de estruturas mais profundas que apenas a teoria pode interrogar. Aplicada à entrevista, essa perspectiva implica que a fala do interlocutor não é expressão transparente de uma posição individual: é índice de uma constelação de ideias, valores, afetos e interdições que a precede e que ela, em certa medida, também constitui. Hesitações, reformulações, silêncios e recusas são, nesse quadro, tão analiticamente densos quanto as afirmações mais elaboradas — são o lugar onde o não idêntico aflora, onde o campo revela seus limites e onde o pensamento, ao tropeçar, encontra suas condições mais produtivas.

No caso do corpus aqui analisado, esses dois enquadramentos — o da história oral e o da dialética negativa — convergem em um ponto decisivo: o que foi dito nas entrevistas estava sendo produzido em uma situação específica e irrepetível, diante de um pesquisador

¹² Fala de Claudio Tamburrini em entrevista ao pesquisador em 2024. Claudio Tamburrini é filósofo argentino radicado na Suécia, com atuação nas áreas de ética, filosofia política e filosofia do esporte. Sobrevivente da ditadura argentina, sua experiência de sequestro e fuga fundamenta reflexões sobre violência, memória e justiça.

brasileiro, portador de uma tradição transicional distinta, que chegava com perguntas que o campo argentino – renomado internacionalmente pelo seu trabalho por memória, verdade justiça - havia aprendido a não formular. A posição do pesquisador como estrangeiro operou como dispositivo de abertura, reconfigurando as mediações e favorecendo a emergência de falas que dificilmente se produziriam em outros enquadramentos. Isso não invalida o corpus: pelo contrário, é o que lhe confere seu valor singular. A historicidade da fala não é um ruído a ser controlado, mas um dado analítico constitutivo — e é precisamente nessa condição que a entrevista, nesta pesquisa, afirma sua função filosófica.

3. A entrevista oral como dispositivo de pensamento

A relação entre a entrevista oral como método e a dialética negativa não é óbvia, e vale explicitá-la. A dialética negativa não é um método no sentido técnico — não prescreve procedimentos, não define etapas de coleta e análise, não oferece protocolos operacionais. É, antes, uma orientação epistêmica: uma forma de relação com o conhecimento que tem como tese central a irreducibilidade do objeto ao conceito, a persistência de um excesso — o não idêntico — que resiste à totalização. Esse excesso não é um defeito da conceituação; é a própria condição de possibilidade de um pensamento que não se fecha sobre si.

A afinidade com a entrevista oral é imediata. A entrevista, por sua natureza dialógica e performática, é um dos poucos formatos que preserva sistematicamente o excesso, que não força a singularidade do interlocutor a caber em categorias predefinidas. Um questionário fechado obriga a escolha entre opções dadas; uma análise de discurso trabalha com textos já fixados; uma revisão bibliográfica opera com o que passou pelo filtro do publicável. A entrevista oral, ao contrário, captura o pensamento antes de sua fixação: as hesitações, as autocorreções, as digressões, os momentos em que o interlocutor diz que nunca havia pensado naquela pergunta assim — todos esses momentos são expressões do não idêntico, do excesso que resiste à fórmula. São, em termos de Adorno, o que a compulsão à identidade precisaria apagar para produzir coerência.

Adorno identifica na compulsão à identidade uma das formas mais perigosas de violência epistêmica e política. No campo da memória argentina, essa compulsão se manifesta de forma particularmente visível na cristalização das consignas. O tema do perdão na Argentina não é refutado argumentativamente — isso exigiria ainda alguma abertura dialógica. É expulso antes que possa ser formulado como questão. Essa é a operação da identidade compulsória em sua forma mais radical: não argumentar contra o

não idêntico, mas impedir que ele entre no campo do dizível. Claudia Hilb formula este diagnóstico em chave histórica ao identificar como o *Nunca Más*, originariamente concebido como recusa universal à barbárie, foi progressivamente "faccionalizado" — "*se empezó a llenar efectivamente de demasiadas cosas que lo faccionalizó; y una vez que se faccionaliza, es mucho más fácil que deje de ser universal*" (informação verbal) — até o ponto em que o que ela considerava intocável deixou de sê-lo.

A entrevista oral, ao introduzir um tema expulso, perturba a compulsão à identidade. Não porque force o interlocutor a mudar de posição — isso seria autoritário, não dialético —, mas porque cria condições para que o próprio interlocutor se depare com o excesso que sua posição não absorve. Hugo Vezzetti, ao observar que "*el presidente actual vuelve a decir lo que decían los represores, impunemente*" (informação verbal), não apenas constata uma regressão política: produz, no próprio ato de enunciação, uma formulação que o confronta com a fragilidade do que supunha consolidado. O pensamento se move, mesmo quando a posição não se altera. E mais, o que ocorre com o tema do perdão é um indício de que este não é um caso isolado, ou seja, de que existem outros problemas que não podem ser formulados nessa constelação de ideias, valores e conceitos de uma suposta totalidade.

Há, porém, tensões entre a dialética negativa e a entrevista oral que precisam ser nomeadas. Adorno trabalhava sobretudo com textos — com obras filosóficas e culturais que podiam ser analisadas em sua estrutura formal com a lentidão necessária. A entrevista oral é um gênero muito menos fixo, muito mais dependente do contexto de enunciação, da relação entre os interlocutores, da hora da tarde em que foi realizada. A dialética negativa exige paciência com o objeto — a disponibilidade de deixá-lo revelar sua lógica interna. Na entrevista oral, o tempo é sempre escasso, o objeto está em formação durante o próprio encontro, e a lógica interna só aparece, muitas vezes, muito depois — na transcrição, na releitura, na comparação com outras entrevistas realizadas meses depois. Foi assim que o peso de certas formulações só se revelou inteiramente no trabalho posterior: a observação de Norma Morandini — "*vai fazer 50 anos do golpe, e a primeira vez que eu me pergunto, a primeira vez, meus irmãos teriam matado? Tu sabes a dor que significa uma pergunta desse tipo? Em 50 anos?*" (informação verbal) —, embora tenha mobilizado o entrevistador a uma atenção a questão, só encontrou sua importância analítica em um momento posterior, seja no cruzamento com outras entrevistas, seja na leitura das obras da entrevistada e de outros pronunciamentos seus anteriormente na imprensa, e não no momento do encontro.

Outra tensão merece ser nomeada: a dialética negativa é, em sua forma mais rigorosa, uma filosofia da não reconciliação. Ela recusa a síntese, mantém a contradição

aberta, insiste no negativo. A entrevista oral, como prática, tem frequentemente um impulso de reconciliação embutido — o encontro, o espaço criado pela escuta atenta, a possibilidade de que algo novo emergja do diálogo. Essa dimensão não invalida o método; mas requer que o pesquisador esteja atento ao risco de que a simpatia pelo interlocutor — inevitável quando se passa uma ou duas horas ouvindo alguém falar de sua vida e de sua dor — turve a análise crítica. Que Miguel Santucho narre com clareza a erosão da base social das Abuelas — "*va bajando la cantidad de gente que viene a visitar estos lugares [...], estamos sufriendo una época de mucho ataque verbal*" (informação verbal¹³) — não exime o pesquisador de reconhecer, ao mesmo tempo, que parte dessa vulnerabilidade é também produto das condições que o próprio campo construiu. É nessa tensão que a análise se sustenta.

Em termos práticos, as entrevistas cumpriram funções distintas que vale separar analiticamente, ainda que na prática se interpenetrem. A primeira foi a de mapeamento do campo. As entrevistas funcionaram também como dispositivos de orientação: Vezzetti recomendou Claudia Hilb e Lucas Martín; Crenzel recomendou Hilb, Vezzetti e outros interlocutores. Esse efeito de rede — cada interlocutor indicando outros — é tanto um resultado do método quanto uma revelação sobre a estrutura do campo: quem fala com quem, quem reconhece quem como interlocutor legítimo, quem está dentro e quem está fora do círculo das citações cruzadas. Esse mapeamento revelou uma estrutura de posições que não coincidia com as fronteiras que o debate público sugeria: havia intelectuais em posições heterodoxas em relação ao campo dominante dos direitos humanos; figuras mais vinculadas à tradição militante e institucional que nas entrevistas revelavam nuances que suas posições públicas não deixavam ver; e figuras inclassificáveis nessa topologia. A entrevista com cada um deles era, ao mesmo tempo, uma entrada no campo e uma perturbação do mapa que as entrevistas anteriores haviam sugerido.

A segunda função foi a de geração de hipóteses. Ao longo do corpus, certos temas foram aparecendo com recorrência inesperada — inesperada porque não estavam previstos no roteiro de pesquisa inicial. O mais importante foi o problema da relação entre a "*faccionalização da memória*" pelo kirchnerismo e o retorno do negacionismo sob o governo Milei, que emergiu de formas diversas nas entrevistas com Hilb, Vezzetti, Franco,

¹³ Fala de Miguel Santucho em entrevista ao pesquisador em 2024. Miguel Santucho ("Tano") é argentino, mobilizador por memória e direitos humanos. Viveu no exílio na Itália e, após retornar à Argentina, tem se dedicado à memória e aos direitos humanos, foi integrante de HIJOS e atualmente é membro da Comissão Directiva de Abuelas de Plaza de Mayo.

Martín¹⁴ e Avelluto¹⁵. Não é exagero dizer que foi o acúmulo das entrevistas — e não nenhuma fonte bibliográfica — que permitiu formular a hipótese de que o enrijecimento identitário do campo dos direitos humanos havia produzido, dialeticamente, as condições para seu próprio enfraquecimento. A hipótese de Adorno que atravessa a pesquisa — que a compulsão à identidade produz eventualmente seu próprio contrário — emergiu não de um exercício abstrato de teoria crítica, mas da escuta paciente de quarenta interlocutores que descreviam, cada um a seu modo, um campo em crise.

A terceira função foi a de arquivo e documentação de posições singulares em um momento específico. As entrevistas foram realizadas em um contexto de transformação política acelerada. O que Emilio Crenzel disse sobre o pacto de silêncio militar — "*SI, CONTINUÓ DURANTE ESTOS 50 AÑOS*" (informação verbal), com a ênfase tipográfica preservada por pedido do próprio entrevistado —; o que Miguel Santucho disse sobre a erosão da base social das Abuelas naquele preciso momento; o que Claudio Tamburrini disse sobre a "*mayoría silenciosa*" de vítimas e familiares que "*no se han atrevido, no han podido expresar lo que ellos realmente quieren*" (informação verbal) — tudo isso tem um valor documental que transcende o escopo imediato da pesquisa. São registros de uma constelação em transformação, capturados no momento da transformação.

Finalmente, uma quarta função, talvez a mais sutil: as entrevistas funcionaram como espaço de elaboração para os próprios interlocutores. Vários deles comentaram que a entrevista os havia levado a formular algo que tinham sentido mas não articulado. Norma Morandini é um modelo disso: "vai fazer 50 anos do golpe, e a primeira vez que eu me pergunto, a primeira vez, meus irmãos teriam matado? Tu sabes a dor que significa uma pergunta desse tipo? Em 50 anos?" (informação verbal). O peso desse enunciado — uma pergunta que levou cinquenta anos para ser formulada, e que finalmente pôde ser dita no contexto de uma entrevista de pesquisa — é um dado sobre o método antes de ser um dado sobre a memória. É, em termos da dialética negativa, o não idêntico que finalmente encontra condições de enunciação: não porque a situação o forçou, mas porque a pergunta, ao chegar de fora, abriu um espaço que estava fechado.

¹⁴ Lucas Martín é argentino, licenciado em Ciência Política (FCS), pesquisador do *Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnica* (CONICET).

¹⁵ Pablo Avelluto é argentino, editor, escritor e gestor cultural, com inúmeros trabalhos em editoriais como Random House Mondadori e Sudamericana. No campo político, dentre outras funções, ele foi Secretário de Cultura da Cidade de Buenos Aires e Ministro da Cultura da Argentina (2015-2019).

4. Convergências, limites e horizontes

Por mais diferentes que sejam os perfis dos interlocutores e as posições que defendem, há traços formais que atravessam o corpus analisado e que revelam algo sobre a constelação em que estão inseridos — e sobre o que a entrevista oral, como método, é capaz de capturar. O primeiro é o que poderíamos chamar de performatividade da citação. Em quase todas as entrevistas, os interlocutores definiram suas posições não apenas em relação aos temas discutidos, mas em relação a outros interlocutores — presentes ou ausentes, aliados ou adversários. Hilb mencionou Graciela Fernández Meijide para se aproximar e Elizabeth Jelin para se diferenciar; Vezzetti mencionou Héctor Leis e Héctor Schmucler como referências de um pensamento mais corajoso; Crenzel recomendou Hilb, mas com reservas tácitas quanto às suas conclusões políticas; Morandini mencionou o documentário *El Diálogo* — o encontro entre Graciela Fernández Meijide e Héctor Leis — como o momento que a havia emocionado mais profundamente. Esse circuito de referências cruzadas é, em si mesmo, um mapa das redes intelectuais do campo: de quem reconhece quem como interlocutor legítimo, de quem está dentro e quem está fora do círculo das citações. A entrevista oral é particularmente potente para capturar esse mapa.

O segundo traço é a autoconsciência posicional: a maioria dos interlocutores sabe que ocupa uma posição específica e a articula durante a própria entrevista, frequentemente de forma irônica ou autoirônica. Claudia Hilb: "*como yo siempre digo, yo tengo una cierta capacidad de hacerme amigos entre mis enemigos y enemigos entre mis amigos*" (informação verbal). Rubén Chababo, sobre sua posição como ex-diretor de um museu de memória que pensa sobre o perdão: "*de mi boca no salía eso [ni olvido ni perdón]. Porque tengo una idea acerca del olvido, acerca del perdón, personal*" (informação verbal). Norma Morandini afirma que foi durante anos convidada por universidades de todo o país, mas por se tornar crítica da política de direitos humanos do kirchnerismo, em suas palavras: "*nunca mais eu fui convidada a nada*" (informação verbal). Essa autoconsciência posicional é metodologicamente importante: indica que os interlocutores não falam de um lugar neutro, mas de um lugar específico que eles próprios reconhecem e nomeiam — e é o formato da entrevista que convida à verbalização dessa autoconsciência.

O terceiro traço é a recorrência do bilinguismo como situação de fronteira. Todas as entrevistas presenciais em Buenos Aires foram conduzidas de forma bilíngue, e esse bilinguismo produziu efeitos que foram além da viabilidade comunicativa. Marina Franco nomeou uma prática regional que é, ela mesma, um dado: "*como nos comunicamos siempre*

con los brasileños, cada uno en su lengua" (informação verbal). Essa forma de comunicação — cada um na sua língua, sem que nenhum dos dois precise abandonar a própria — é uma estratégia de diálogo que preserva a diferença em vez de resolvê-la em uma língua comum.

O quarto traço é a resistência à publicação de certas afirmações. Vários interlocutores fizeram declarações que, ao rever a transcrição, pediram para modificar, suavizar ou suprimir. Esse processo de revisão é ele mesmo um dado metodológico: o que o interlocutor diz espontaneamente e o que, ao rever, decide não dizer publicamente revelam a tensão entre o pensamento em processo e o discurso público.

O quinto traço são os momentos de incerteza produtiva: situações em que o interlocutor diz, de alguma forma, "não sei" — mas um não-saber que é o início de um pensamento, não seu encerramento. Marina Franco: *"estoy pensando en voz alta en esto, no lo había pensado previamente"* (informação verbal) — e o que ela formula a seguir é uma das análises mais originais do corpus sobre a genealogia contingente da recusa do perdão no debate argentino. Pablo Avelluto, por sua vez, oferece uma formulação que poderia ser a divisa metodológica de toda a pesquisa: *"las discusiones sobre el pasado son también discusiones sobre el presente"* (informação verbal) — e acrescenta que seu aprendizado ao longo do processo foi *"desconfiar de los climas de la época [...] inclusive desconfiar de sí mismo"* (informação verbal). Esses momentos de não-saber explicitado são precisamente o que a dialética negativa busca: o pensamento que se mantém na tensão da pergunta em vez de recorrer à resposta pronta.

Uma reflexão metodológica honesta exige nomear os limites com a mesma atenção com que nomeia as potencialidades. O primeiro é o da representatividade: o corpus tende a super-representar os intelectuais acadêmicos de Buenos Aires e sub-representar as vozes que não circulam nos circuitos acadêmicos — militantes de base dos organismos, familiares que nunca publicaram, jovens de segunda e terceira geração que processam o passado de formas que não chegam aos debates públicos. Essa limitação é estrutural e precisa ser nomeada. O segundo limite é o da temporalidade: o que foi dito entre 2022 e 2024 está necessariamente marcado por esse contexto, e pesquisas futuras conduzidas nos mesmos temas com os mesmos interlocutores poderiam produzir resultados muito diferentes. O terceiro é o da ilusão de completude: o que foi dito na entrevista é uma cocriação entre pesquisador e interlocutor, e sua publicação não pode garantir que o sentido atribuído coincide com o que o interlocutor quis dizer. O quarto limite, o mais significativo do ponto de vista filosófico, é o da dizibilidade. As entrevistas revelaram o que pode ser dito em

determinadas condições; mas há razões para acreditar que o que não pôde ser dito é igualmente — talvez mais — importante. O pacto de silêncio entre os repressores, que Crenzel documenta como um fato que durou cinquenta anos, é o exemplo: as entrevistas só podem documentar sua existência e suas consequências, não o que ele contém.

Esses limites não invalidam o método; apontam para o que ainda está por fazer. O corpus desta pesquisa gerou questões que os dados disponíveis não permitem responder inteiramente. A genealogia da expulsão do perdão do campo da memória argentina — o processo contingente pelo qual o perdão foi progressivamente associado à impunidade, que Marina Franco descreve como resultado de uma "*dinámica social que fija un eje de la discusión*" que "*es un producto contingente del proceso histórico*" (informação verbal) — ainda precisou ser feita com rigor histórico a partir de documentos, atas e arquivos que o corpus de entrevistas não pode fornecer sozinho. A questão da transmissão intergeracional da responsabilidade, que Miguel Santucho toca ao descrever a tensão entre a busca pela justiça e o risco de que a culpa afaste os netos recuperados, permaneceu como um ponto a ser explorado. E a comparação transnacional dos modelos de memória no Cone Sul, que vários interlocutores esboçam de forma fragmentária, exigiu um processo metodológico comparativo mais amplo.

Há ainda uma dimensão ética que não pode ser omitida. As entrevistas têm uma vida que vai além do contexto em que foram produzidas: podem ser consultadas por outros pesquisadores, citadas em outros contextos, interpretadas de formas que os interlocutores não previram. No contexto de uma pesquisa nos quase cinquenta anos do golpe de 1976, essa responsabilidade é particularmente aguda por razões biológicas: vários dos entrevistados têm mais de setenta anos; alguns têm saúde frágil. Graciela Fernández Meijide, ao final da entrevista, pediu desculpas por ter que interromper: "*tengo una operación mañana*." O que ela disse naquela tarde de novembro de 2024 — incluindo o "*perdón. No, no. Yo nunca quise perdonar*" (informação verbal) — é um documento insubstituível. São registros de um campo em transformação, capturados no momento da transformação — e é essa condição, irrepetível por definição, que confere ao método seu valor singular e sua responsabilidade mais duradoura.

5. Considerações Finais: a entrevista como prática do inacabamento

As reflexões desenvolvidas ao longo deste trabalho, e a partir da tese de doutorado, permitem sustentar que a entrevista oral, tal como mobilizada nesta pesquisa, não pode ser compreendida como um simples procedimento técnico de coleta de dados, nem como um meio transparente de acesso à subjetividade dos interlocutores. Ao contrário, ela se afirma como uma prática epistemológica situada, atravessada por mediações e dotada de uma potência específica: a de produzir situações nas quais o pensamento é colocado em movimento e confrontado com seus próprios limites. Nesse sentido, a entrevista se configura menos como um dispositivo de registro e mais como um acontecimento — um espaço em que se tornam visíveis tanto os conteúdos enunciados quanto as condições que os tornam possíveis ou impossíveis.

Essa perspectiva encontra seu fundamento na articulação entre a crítica de Adorno à empiria — que recusa a transparência do dado e insiste em seu caráter mediado e epifenomênico — e as contribuições da história oral, especialmente naquilo que diz respeito à multifocalidade do encontro e à distinção entre indícios e provas. O que emerge das entrevistas, portanto, não são verdades estabilizadas, mas marcas de uma constelação de valores, afetos, interditos e posições que estruturam o campo investigado. A fala, nesse contexto, não pode ser dissociada nem do que a antecede — as formações discursivas, as experiências históricas, os enquadramentos institucionais — nem do que a excede — aquilo que nela se manifesta como hesitação, silêncio ou deslocamento.

O corpus analisado evidencia de forma particularmente nítida esse ponto. A recorrência do desconcerto diante da pergunta sobre o perdão, longe de indicar uma insuficiência individual dos interlocutores, revela a presença de um limite estrutural do campo: a dificuldade — ou mesmo impossibilidade — de constituir o perdão como problema legítimo no interior das políticas de memória argentinas. Como indicam diferentes falas analisadas, não se trata apenas de uma posição contrária ao perdão, mas de sua exclusão prévia do horizonte do dizível, por meio de associações que o vinculam imediatamente à impunidade ou à traição das lutas por justiça. Essa operação, que se realiza muitas vezes sem necessidade de explicitação argumentativa, configura um verdadeiro tabu — uma interdição que atua antes mesmo da formulação do debate.

É precisamente nesse ponto que a entrevista, compreendida como acontecimento, revela sua potência analítica. Ao introduzir uma questão estruturalmente marginal no

campo, ela não apenas recolhe respostas, mas produz deslocamentos: expõe hesitações, convoca reformulações, torna visíveis tensões que permanecem latentes no discurso público. A reação dos interlocutores — seja na forma de surpresa, resistência, reformulação ou silêncio — constitui, nesse sentido, um dado analítico de primeira ordem. Como sugerido ao longo do texto, o que se diz é indissociável do que não pode ser dito, e é nessa articulação que se torna possível apreender as determinações mais profundas do campo.

Ao mesmo tempo, a pesquisa evidenciou que a entrevista não opera em um vazio, mas em um contexto histórico e político específico que incide diretamente sobre o que é enunciado. As entrevistas realizadas no contexto das transformações recentes na Argentina — marcadas pela reconfiguração das políticas de memória e pelas disputas em torno do legado da ditadura — mostram como a narrativa sobre o passado é sempre, simultaneamente, uma intervenção no presente e uma projeção de futuro. As diferentes leituras produzidas pelos interlocutores não apenas descrevem o passado, mas disputam o sentido do presente, evidenciando que a memória é um campo em permanente reabertura, e não um domínio estabilizado.

Outro aspecto decisivo diz respeito à própria dinâmica da entrevista como processo. A devolução das transcrições, as solicitações de alteração, os acréscimos e as revisões posteriores mostram que o discurso não é fixo, mas atravessado por temporalidades e reavaliações. O que o interlocutor diz no momento da entrevista não coincide necessariamente com o que autoriza para publicação, nem com o que reconhece posteriormente como sua posição. Esse movimento de retorno sobre a fala — longe de ser um obstáculo — constitui um dos elementos mais ricos da análise, pois torna visível a historicidade do discurso e a forma como ele se reconfigura no tempo.

Nesse sentido, a posição do pesquisador também se revela constitutiva do processo. Longe de ocupar um lugar neutro, ele intervém no campo, reconfigura as mediações e participa da produção do material analisado. A condição de estrangeiro, no caso desta pesquisa, operou como um dispositivo específico de abertura, permitindo a emergência de falas que, segundo os próprios interlocutores, dificilmente seriam produzidas em outros enquadramentos. Essa implicação não invalida os dados; ao contrário, constitui parte de sua inteligibilidade e deve ser incorporada como dimensão analítica.

Diante desse conjunto de elementos, torna-se possível afirmar que a entrevista oral, tal como mobilizada nesta pesquisa, funciona como um dispositivo de pensamento orientado pelo inacabamento. Ela não produz sínteses conciliadoras nem resolve as tensões do campo; ao contrário, as mantém abertas e as torna mais visíveis. O inacabamento, nesse

contexto, não é um limite a ser superado, mas a própria condição de possibilidade de um pensamento que não se fecha sobre si e que permanece atento ao não idêntico — aquilo que resiste à captura conceitual.

Por fim, é importante reconhecer que esse inacabamento é também histórico. O corpus não apenas analisa uma constelação, mas registra um momento de inflexão, marcado por disputas, deslocamentos e reconfigurações ainda em curso. O que as entrevistas tornam visível não é um estado final das políticas de memória, mas sua condição aberta, conflitiva e contingente. Nesse sentido, mais do que oferecer respostas definitivas, esta pesquisa busca contribuir para a ampliação do campo de problematização — indicando que aquilo que hoje aparece como interdito ou impensável pode, sob determinadas condições, tornar-se objeto de elaboração futura. Assim, a entrevista oral se afirma aqui não apenas como método, mas como prática crítica: uma forma de intervir na constelação, de expor seus limites e de criar condições para que o pensamento possa, ainda, acontecer onde ele tende a ser silenciado.

Referências

Referências Bibliográficas

ADORNO, Theodor W. **As estrelas descem à terra**. Tradução de Pedro Rocha de Oliveira. São Paulo: UNESP, 2007.

ADORNO, Theodor W. **Dialética negativa**. Tradução de Marco Antonio Casanova. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

ADORNO, Theodor W. **Epistemología y ciencias sociales**. Valencia: Universitat de València, 2001.

ADORNO, Theodor W. et al. **The authoritarian personality**. New York: Harper & Brothers, 1950.

ADORNO, Theodor W. **Introdução à sociologia**. Tradução de Wolfgang Leo Maar. São Paulo: UNESP, 2008.

ERRANTE, Antoinette. Mas afinal, a memória é de quem? Histórias orais e modos de lembrar e contar. **Revista História da Educação**, Pelotas, v. 4, n. 8, p. 141-174, 2000.

ERRANTE, Antoinette. Mas de quem é essa história afinal? Pistas para uma história oral dos educadores e das comunidades. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 139–153, 2000.

JARDIM, Giovane Rodrigues. **O perdão em âmbito público como horizonte para a ação e o futuro da memória** [recurso eletrônico]. 2025. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2025. Disponível em: <https://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/19007>. Acesso em: 17 abr. 2026.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Lugar de fala e método de história oral. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 7, n. 16, p. 39–59, set./dez. 2015.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 59–72, 1996.

PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de história oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

PORTELLI, Alessandro. **História oral como gênero**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**, São Paulo, n. 14, p. 25–39, fev. 1997.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. **Projeto História**, São Paulo, n. 15, p. 13–49, abr. 1997.

Entrevistas (Informações Verbais)

AVELLUTO, Pablo. Entrevista concedida ao pesquisador. 2024. Informação verbal. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/u/5/folders/1GyJWYcyPHOZuMiojVFJUGkvkb0J13RX8>. Acesso em: 17 abr. 2026.

CHABABO, Rubén. Entrevista concedida ao pesquisador. 2022. Informação verbal. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/u/5/folders/1OLBAh5txZ6WMvVnXhJAbBP9enB6cHdm>. Acesso em: 17 abr. 2026.

CRENZEL, Emilio. Entrevista concedida ao pesquisador. 2024. Informação verbal. Disponível em: https://drive.google.com/drive/u/5/folders/1TXpi3gYuo5wR4rKuE2wCM_t221HSz2BC. Acesso em: 17 abr. 2026.

FERNÁNDEZ MEIJIDE, Graciela. Entrevista concedida ao pesquisador. 2024. Informação verbal. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/u/5/folders/1dzVtAEcBvOJz4LGew0bW3YIBQPOcuid>. Acesso em: 17 abr. 2026.

FRANCO, Marina. Entrevista concedida ao pesquisador. 2024. Informação verbal. Disponível em: https://drive.google.com/drive/u/5/folders/1_qS3fvYpY2qAjdyVz4TwNgGm5ZpmwL-h. Acesso em: 17 abr. 2026.

HILB, Claudia. Entrevista concedida ao pesquisador. 2024. Informação verbal. Disponível em:

https://drive.google.com/drive/u/5/folders/1O9LercDZUETMJM66FtelSgTxrUW_fJAa.

Acesso em: 17 abr. 2026.

LARRABURE, Arturo. Entrevista concedida ao pesquisador. 2024. Informação verbal. Disponível em:

<https://drive.google.com/drive/u/5/folders/1hgPgJ55EUuXeL6aXiu4iDbizgamd-Kpi>.

Acesso em: 17 abr. 2026.

MORANDINI, Norma. Entrevista concedida ao pesquisador. 2024. Informação verbal. Disponível em:

https://drive.google.com/drive/u/5/folders/1sW_ACatFPOR1STwVIMAu3W2r4VHsfX1M.

Acesso em: 17 abr. 2026.

REIBALDI, Bibiana. Entrevista concedida ao pesquisador. 2024. Informação verbal. Disponível em:

<https://drive.google.com/drive/u/5/folders/1LtgmVQDLob3Sq-902oFHilzcp2W-6Izm>.

Acesso em: 17 abr. 2026.

SANTUCHO, Miguel. Entrevista concedida ao pesquisador. 2024. Informação verbal. Disponível em:

https://drive.google.com/drive/u/5/folders/1xOmaCe2FRGbMTXzghJg_6iqZCJincBYJ.

Acesso em: 17 abr. 2026.

SOSA ALDACOR, Ana María. Entrevista concedida ao pesquisador. 2024. Informação verbal. Disponível em:

<https://drive.google.com/drive/u/5/folders/1b8buA5SpQgk6HKhTYbL6Gjps5UKEQt8>.

Acesso em: 17 abr. 2026.

TAMBURRINI, Claudio. Entrevista concedida ao pesquisador. 2024. Informação verbal. Disponível em:

https://drive.google.com/drive/u/5/folders/1hP_BaVulSk1eUTwn5jCRzsbv0A9zdwkM.

Acesso em: 17 abr. 2026.

VEZZETTI, Hugo. Entrevista concedida ao pesquisador. 2024. Informação verbal. Disponível em:

<https://drive.google.com/drive/u/5/folders/1gtRL13PaLnKoByAxk1msA82BHGNzHXxE>.

Acesso em: 17 abr. 2026.